



PAULO PESTANA

DF-invasão

Fora, jeitinho

“**S**e o governador não resolver o problema no prazo determinado, vamos invadir a área de novo” — a ameaça saiu da boca de um homem que se diz acostumado a rezar. Este é o ponto a que se chegou depois de tanto jeitinho para que invasões ilegais se tornem toleradas, quase regulares, por força do grito, da lei do mais abusado, do desrespeito e do desmando. O problema vem de longe, atravessa governos de cores diferentes mas, quando o próprio governador desautoriza uma ação legal de um preposto seu, que mandou derrubar uma construção irregular — seja ela uma igreja ou um prostíbulo —, e promete dar um ‘jeito’, a situação se aproxima da catástrofe.

Já tinha acontecido antes, em escala menor, quando um fiscal da Administração da Asa Norte mandou derrubar uma invasão de área pública promovida por um restaurante. Dia seguinte o administrador pediu desculpas ao do-

no do estabelecimento, puniu o fiscal e tudo está como antes — neste caso, literalmente, tudo acabou em pizza na casa de massas. Resultado: as invasões na Asa Norte são toleradas; e não são bares com mesinhas ou construções precárias. São instalações fixas, permanentes, eternas.

Não cabe discutir se a reivindicação dos fiéis do Riacho Fundo II, que querem um lugar para rezar, é justa. O que não pode é — mesmo em nome da fé — invadir uma área pública para forçar uma solução, pressionar uma autoridade. E o pior: não pode a autoridade ceder diante da força — se os fiscais foram radicais ao derrubar a futura igreja, os moradores do local apelaram antes ao tentar construí-la em lugar irregular.

Ao governador cabe cuidar da cidade inteira e não de reivindicações pontuais, que só interessam a pequenos políticos. Se no governo passado a invasão da Telebrasília era uma área protegida pelos petistas por causa da bandeira encarnada

hasteada pelos líderes comunitários, na atual administração a situação se repete em outras áreas, mostrando que os dois exércitos políticos do Distrito Federal usam métodos muito parecidos para conquistar votos.

Há uma contradição curiosa, quase uma esquizofrenia: enquanto a secretária de Habitação brada que regularizar ocupações indevidas não é política deste governo, o chefe dele se orgulha de estar distribuindo lotes, numa afirmação perigosa se propagada fora dos limites do Distrito Federal.

Brasília precisa discutir a questão de ocupação de terras com urgência; definir quais as áreas pode ser ocupadas, quem tem direito a quê, e fechar um plano urbanístico de longa duração, que dê tranquilidade à população. Não há questão mais urgente, já que esta especulação alimenta todos os outros dramas vividos pelo brasileiro, desde o trabalho até a educação. O brasileiro costuma se ufanar do jeitinho; é hora de dar um jeitão.